



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO IV, ALÍNEA a)

Ano orçamento: 2018

(em R\$)

Detalhamento da Renúncia de Receitas		2018	2019	2020
1. Lei 12.653/06 (Dispõe sobre a concessão de Incentivos Fiscais para Empresas de Base Tecnológica no Município de Campinas	IPTU	1.111.189,08	1.126.384,12	1.141.439,75
2. Lei 12.471/06, alterada pela Lei 12.802/06 (Dispõe sobre a Concessão de Incentivos Fiscais no Município de Campinas e dá Outras Providências).	IPTU	2.076.273,53	2.089.190,29	2.102.187,40
	ISSQN	2.001.050,14	2.028.413,84	2.056.526,10
3. Lei 13.209/2007 (Dispõe sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano) altera Lei 11.111/2001; Lei 6.355/90 e Lei 6361/90.	IPTU	32.506.671,35	32.708.899,02	32.912.385,13
	Taxas	246.822,36	248.357,87	249.902,94
4. Lei 13.470/08 (Dispõe sobre Incentivos Fiscais na Forma de redução de ISSQN a instituições de ensino superior que oferecem bolsas para estudantes de baixa renda do município de Campinas - PROCAMPIS)	ISSQN	4.946.747,92	5.162.426,13	5.385.442,94
5. Lei 13.484/2008 (Dispõe sobre a redução de alíquota do ISSQN para as empresas de hotelaria que contribuírem para o Fundo de Apoio ao Turismo Municipal).	ISSQN	24.232,65	25.288,93	26.381,06
6. Lei 14.947/14 (dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais no Município de Campinas e dá outras providências)	IPTU	636.578,75	640.538,99	644.523,86
	ISSQN	12.792.114,04	13.349.828,43	13.926.672,87
7. Lei 15.041/15 (Dispõe sobre o programa de incentivos à transação e conciliação Judicial de débitos tributários e não tributários - Conjud Campinas e dá outras providências)	Dívida Ativa	15.201.363,90	0,00	0,00
8. Lei Complementar 127/15 (Altera disposições do parágrafo 2º do art.30 e do art.59 da Lei nº12.392, de 20 de outubro de 2005, que dispõe sobre o imposto de serviços de qualquer natureza e dá outras providências)	ISSQN	308.972,02	329.920,33	351.035,23
9. Lei Complementar 134/15 (Dispõe sobre a isenção do imposto predial e territorial urbano, na forma que especifica.	IPTU	8.023.156,27	8.501.336,39	8.947.656,55
10. Lei Complementar 135/15 (Concede remissão e isenção do IPTU para imóveis que especifica, localizados nas áreas de restrições delimitadas pelo decreto nº18.669, de 13 de março de 2015)	IPTU	457.695,29	460.542,67	463.407,77
11. Art.28 Lei 4.092/1972 (Cria o Fundo p/ desenv. de Cps., transforma o escritório municipal de planej. em empresa pública - EMDEC, institui o plano comunitário munic., atribui a EMDEC comp. p/ executa-lo e dá outras providências)	IPTU	1.573,22	1.583,01	1.592,86
12. Lei 13.083/2007 (Dispõe sobre isenções tributárias para os empreendimentos habitacionais de interesse social e dá outras providências) Empreendimento Habitacional de Interesse Social.	IPTU	1.033.574,08	1.040.004,07	1.046.474,06
Total		81.368.014,60	67.712.714,09	69.255.628,52

Detalhamento da Compensação		2018	2019	2020
1) Aperfeiçoamento das rotinas para lançamento de novos empreendimentos, bem como fiscalização do ISSQN, IPTU e ITBI; 2) Revisão da legislação e rotinas dos próprios benefícios; 3) Conclusão dos processos admin. e questionamentos dos lançamentos.		49.931.590,45	53.332.736,78	56.965.556,01

FONTE: PREFEITURA DE CAMPINAS / SMF